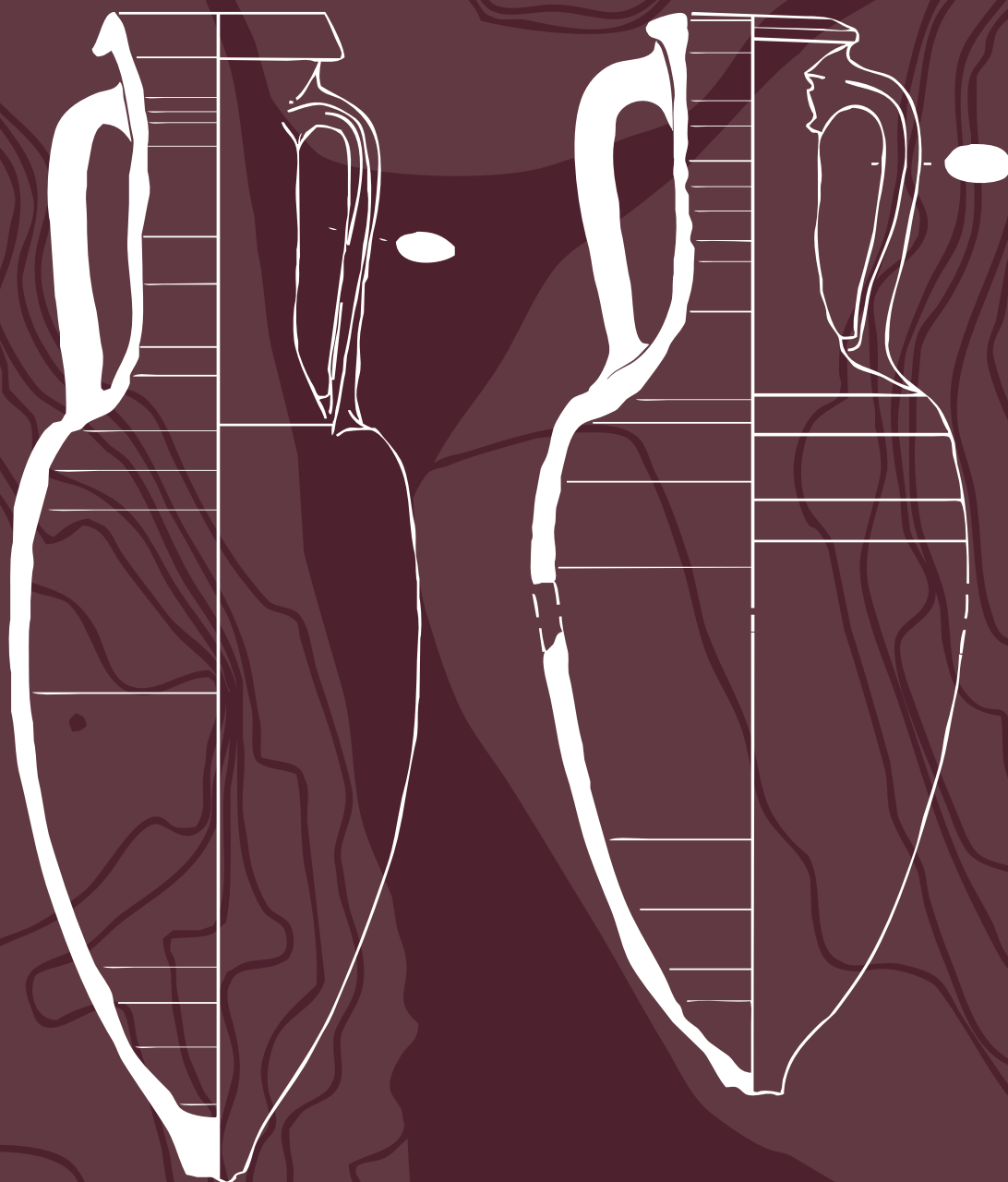


LISBOA
ROMANA — FELICITAS IULIA OLISIPO

O território e a memória



Sumário

7 Apresentação

8 Nota Introdutória

Parte I

10 *Terra Mater Olisiponensis*
MÁRIO CACHÃO;
MARIA DA CONCEIÇÃO FREITAS,
COORDS.

11 Introdução
MÁRIO CACHÃO;
MARIA DA CONCEIÇÃO FREITAS

12 Uma cidade com os pés
bem assentes na terra
MÁRIO CACHÃO;
MARIA DA CONCEIÇÃO FREITAS;
CARLOS MARQUES DA SILVA

20 O mar de *Olisipo*
ANA MARIA COSTA;
MARIA DA CONCEIÇÃO
FREITAS; JACINTA BUGALHÃO;
MÁRIO CACHÃO;
ANDRÉS CURRAS

40 As riquezas do *Ager Olisiponensis*
MÁRIO CACHÃO;
CARLOS NETO DE CARVALHO;
MARIA DO ROSÁRIO CARVALHO

68 Referências

75 Notas Biográficas dos Autores

Parte II

76 *Olisipo: Espaço e Memória*
AMILCAR GUERRA,
COORD.

77 *Olisipo: Memórias de um território
nos confins do mundo romano*
AMÍLCAR GUERRA

80 As origens de *Olisipo*:
uma perspectiva sobre a Idade
do Ferro na cidade e seu entorno
ANA MARGARIDA ARRUDA; ELISA SOUSA;
ANA SOFIA ANTUNES

98 Questões míticas, literárias,
toponímicas e étnicas
da Lisboa pré-romana
AMÍLCAR GUERRA

112 Os primórdios da implementação
romana em *Olisipo*
JOÃO PIMENTA

124 A construção da província
da Lusitânia e *Felicitas Iulia Olisipo*:
onde as vias se cruzam
AMÍLCAR GUERRA

140 O fim de um tempo; o princípio
de outro: *Felicitas Iulia Olisipo*
entre romanos, bárbaros e cristãos
PAULO ALMEIDA FERNANDES

150 Referências

156 Notas Biográficas dos Autores

CAII PLINII SECVNDI NATVRALIS HISTORIAE LIBER QVARTVS.

¶ Sinus Claritatis Litterarum: Et Omnis Fabulositatis.



ERTIVS EVROPÆ
sinus acrocerauniis in-
cipit. Montibus: finis
helleſpōto: amplectis
præter minores sinus,
xix. xxii. M. passuum. In
eo epirus: a carnania
ætholia: phocis: locris:
achaia: messenia: laco-
nia: argolis: megaris: at-
tica: boetia. Iterum/
que ab alio mari eadē
phocis: & locris: doris:

phthioris: theſſalia: magnesia: macedonia thracia.
Omnis græciæ fabulositas: sicut & litterarū claritas
ex hoc primū sinu effulſit. Quapropter in eo paulu-
lum cōmorabimur. Epiros in uniuersum appellata
acrocerauniis incipit mōtibus. In ea primi chaones:
a qbus chaonia. Dein theſproti: antigonenſes: locus
aornos: & pestifera auibus exhalatio. Cestrini: perhe-

bi: quorum mons pindus: cassopei: driopes: sellæ: hellopes: molossi: apud quos dodonei iouis templū ora-
culo illustre. Tomarus mons centum fontibus circa radices Theopompo celebratus.

¶ Epirus.

CA. I.

Epirus ipsa ad magnesiā macedoniamq; tendēs a tergo suo dassaretas supradictos liberam gē-
tem: mox feram dardanos habet. Dardanis leuo triballi prætendunt latere. Et mœsicae gentes
a fronte iunguntur: mædiac denseletæ: quibus thraces ad pontum usq; pertinentes: ita succin-
cta rhodopes: mox & hemi uallæ excelsitas. In epiro ora castellum i acrocerauniis chimera: sub
eo aquæ regiæ fons. Oppida mæandria. Cestrina flumen theſprotiæ: Thyamis colonia butrotū: maximeq;
nobilitatus ambracius sinus faucibus spatiosum æquor accipiens: Longitudinis. xxxix. M. passuum: lati-
tudinis. xv. M. In eum deferret amnis acheron e lacu theſprotiæ: acherusia profluens. xxxvi. m. passuum: in-
de & mille pedum pōte mirabilis oīa sua miratibus. In sinu oppidū ambracia. Molossoꝝ flumina: aphas:
& arachthus. Ciuitas anactoria. Lacus pandosia: Acarnania q̄ antea curetis uocabat. Oppida heraclea: echi-

Questões míticas, literárias, toponímicas e étnicas da Lisboa pré-romana

AMÍLCAR GUERRA

O mito de que Lisboa foi fundada por Ulisses, com longa tradição na historiografia, atesta-se já na literatura latina e nasce da ideia segundo a qual o rei de Ítaca, na sua errância, vagueou até ao extremo do mundo. Estas narrativas, geralmente tardias, enquadram-se na tendência de se buscarem origens nobres para as cidades, como é o caso de *Olisipo*. Analisa-se aqui essa tradição, começando em Solino e terminando em algumas obras do séc. XIX. Por outro lado, expõem-se as explicações linguísticas que se ofereceram para o nome de Lisboa, terminando com o estado atual dos conhecimentos a esse respeito.

*Este, que aqui aportou, / Foi por não ser existindo. / Sem existir nos bastou. /
Por não ter vindo foi vindo / E nos criou.*

(F. Pessoa, *Mensagem*, “Ulisses” vv. 6-10)

Mitos de fundação

Poderá parecer estranho a uma mentalidade mais racionalista que o mundo clássico, também ele com frequência marcado pelo “primado da razão”, seja o responsável pela criação de tantas e tão inacreditáveis efabulações para explicar a realidade. E não deixará de se interrogar se os homens cultos desses tempos acreditavam verdadeiramente

nessas tessituras míticas, aparentemente tão inverosímeis. No entanto, um historiador como Tito Lívio não deixa de compreender as diferentes perspectivas com que se encaram as explicações históricas, em particular as que se projectam num passado longínquo onde é difícil desligar os factos das narrativas míticas. Tal acontecia, muito em especial, com as fontes relativas à fundação de Roma, a respeito das quais diz: “(a estas) dá-se-lhes

FIG. 2.

Início do livro IV da *História Natural* de Plínio-o-Velho, numa das suas edições antigas impressas, no qual se refere Olisipo, informação que está base da obra de Solino.

a vénia que merecem, pela sua antiguidade, por se tornarem mais ilustres os primórdios das cidades ao aliar o humano com o divino.”

Este é igualmente o princípio que preside à historiografia de período moderno ou contemporâneo, muitas vezes mais preocupada em dignificar as suas origens, associando-lhes algo de particularmente notável. Em geral, escolhe-se um fundador sublime em volta do qual se elabora uma narrativa que torna mais notável, como se uma cidade tivesse necessidade de demonstrar que a sua dignidade atual se encontra na razão direta da nobreza que tivera já por nascimento.

Sobre esta busca de um *conditor urbis* (“fundador da cidade”) se pronuncia com algum sentido crítico S. Isidoro de Sevilha (ISID. *Orig.* 15,1,1), sublinhando, por exemplo, a impossibilidade de decidir sobre as origens de Roma, dadas as divergências na tradição literária a esse respeito: para uns tinha sido Evandro, para outros os Troianos e os Aborígenes, para muitos Rómulo (ISID. *Orig.* 15,1,2). E, no mosaico de explicações que constitui esse repertório, apresenta, logo a seguir a esta justificação histórica, uma referência de natureza mítica: “*Olisipona* foi fundada por Ulisses e dele recebeu o nome” (ISID. *Orig.* 15,1,70). A busca deste modelo explicativo, assente geralmente numa suposta relação etimológica, muitas vezes infundada, tem necessariamente origens mais remotas que de seguida se explanam.

As viagens de Ulisses no Atlântico

Ainda que os gregos remetessem a origem de toda a invenção para Homero, parece que a inclusão do Ocidente peninsular no âmbito das viagens errantes de Ulisses se deve fundamentalmente a uma elaboração algo tardia, entre os finais do séc. IV e os meados do séc. II a. C. Esta tem especial reflexo na obra de Estrabão (Fernandes, 1985, pp. 139-140), por

volta da passagem de era, cujas considerações radicam nas obras de Possidónio, Artemidoro e Asclepiades de Mirleia (autores que se situam nos séc. II-I a. C.). O geógrafo (Str. 3.4.4) interroga-se, por um lado, sobre a eventual extensão da sua errância marítima até ao Atlântico, e especificamente até que ponto ela se atesta nas costas ocidentais da Península Ibérica; por outro, pondera sobre a origem da informação de Homero e a sua fiabilidade.

O arqueólogo alemão Adolfo Schulten (1952, p. 187, 227), comentando este e outros passos que envolvem uma apreciação das antigas epopeias gregas, partilhava a opinião de Estrabão e de Crates, ao admitir que estas se baseiam em informação fidedigna, resultante, desde logo, das navegações fenícias por estas regiões, as quais não poderiam ser de todo desconhecidas da cultura helénica.

O mais importante, todavia, é que a historiografia helenística reelaborou os dados da tradição e transmitiu-nos alguns elementos que permitem traçar um quadro explicativo dessas eventuais navegações míticas de Ulisses. Estrabão, o representante desta tradição no tempo de Augusto e Tibério, atribuía a fontes anteriores a notícia de uma cidade chamada *Odyseia*, junto à cidade de *Abdera* (atual Adra, Almeria), na qual se encontrava um santuário dedicado a Atena. Para além disso, fazia-a remontar a Asclepiades de Mirleia (séc. II-I a. C.), o qual publicou uma descrição detalhada das gentes da Turdetânia, veiculando informações segundo as quais “no templo de Atena havia escudos suspensos e esporões de navios, em memória das viagens de Ulisses e que alguns dos que fizeram a expedição de Teucro viviam entre os Galaicos” (Str. 3.4.3).

Embora a primeira parte deste passo não se apresente particularmente relevante para o tema em análise, o que respeita à expedição de Teucro leva a incluir o extremo Ocidente no âmbito de uma navegação errante de



FIG. 1

Gravura representando o episódio de Ulisses, na sua errância, e as sereias - gravura de Pedro Aquila (1630-1692). BNP - <http://id.bnportugal.gov.pt/bib/rnod/35567>

gregos do ciclo troiano. É possível, como sugere Rosado Fernandes (1985, p. 139-140), que seja com base nestes elementos precedentes que Estrabão poderá ter delineado a ideia de que Ulisses e os seus companheiros aportaram efetivamente às costas atlânticas e, ao mesmo tempo, às discutidas Ilhas Afortunadas.

Muito mais ousada, contudo, se apresenta a tradição reportada por Tácito (*Germ.* 3), segundo a qual Ulisses teria ido muito mais longe, contornando toda a costa atlântica até à Germânia e, penetrando no Reno, viria a fundar a cidade de Ascibúrgio. Trata-se, evidentemente, de uma reelaboração mais tardia, pressupondo que o domínio romano se teria afirmado nessa área atlântica mais longínqua, quando as navegações através das costas da Hispânia, da Gália e da Britânia se

tinham tornado uma realidade. Mais do que criações que acompanham as informações incertas a respeito desses lugares remotos, a criação destes mitos acompanha um conhecimento efetivo e consolidado do território e dos mares, o que, nestes dois casos concretos se justificaria plenamente.

Assim, a partir do final da república, quando quase todo o Ocidente hispânico se encontra integrado na esfera romana, há condições para surgirem as explicações mais ou menos fantásticas para as novas realidades. Do mesmo modo, é após a conquista de Germânia, de que Tácito é contemporâneo, que se elaboram as narrativas sugeridas normalmente por afinidades onomásticas mais ou menos claras, as quais, por sua vez, remetem para o amplo repertório mítico que constituía a bagagem dos autores clássicos.

A criação e desenvolvimento do mito da fundação de *Olisipo*

3.1. Antiguidade

Ainda que esta tendência para associar os lugares aos mitos seja bem conhecida da antiguidade clássica, é sobretudo a partir do Renascimento que esta prática se amplia, acabando por constituir um tópico da historiografia desse período. Ao longo de toda a idade moderna alarga-se substancialmente esta tradição, a ponto de ser difícil encontrar uma cidade de relevo que não buscasse uma personagem do repertório mitológico grego ou latino ou das fontes bíblicas ao qual se pudessem atribuir as suas remotas origens.

O caso de Lisboa, todavia, distingue-se pela cronologia bastante precoce em que surge a explicação histórica da sua criação, a qual se deve simultaneamente o facto de ser uma cidade bem conhecida e apresentar uma fonética propícia ao desenvolvimento desse modelo explicativo tradicional.

Como se procurou demonstrar, as condições propícias para tal existiam em fase tardo-republicana, mas nas fontes desse período e de um amplo lapso de tempo que se lhe seguiu não se regista uma alusão direta a essa circunstância. A primeira referência explícita e inequívoca que identifica Ulisses como o fundador da cidade ocorre na obra de Solino, um autor que geralmente se coloca no séc. III d. C. e sobre cuja biografia quase nada se sabe. A sua obra, *Colectânea de factos memoráveis*, enquadra-se bem no espírito do tempo, em que o apreço pelo saber generalista e pouco especializado conduzia com frequência a repertórios de curiosidades e factos notáveis. A informação aí recompilada provém, no essencial, da *História Natural* de Plínio, uma célebre obra enciclopédica dos finais do séc. I a. C., da qual o texto de Solino parece ser, em muitos casos, um simples resumo.

No entanto, como pode constatar-se pelo assunto em análise, o autor mais tardio junta, neste caso, nova informação, aludindo à relação de *Olisipo* com a errância mítica de Ulisses no extremo Ocidente. Inicialmente, seguindo o texto pliniano, descreve o promontório Olisiponense (por outros chamado Ártabro), que se apresenta como o ponto que “separa o céu, as terras e o mar”. E, na sequência do texto, diz-se simplesmente: “aí se situa o ópido de *Olisipo*, fundado por Ulisses; aí o rio Tejo” (SOL. 23,5).

No mesmo clima de demonstração de um eruditismo ligeiro escreveu Marciano Capela a sua obra *Das núpcias de Filologia e Mercúrio*, onde se retomam alguns dos tópicos da descrição da Lusitânia, recolhidos em Varrão e Plínio, um dos quais faz derivar o seu nome de Luso, filho de Baco. Todavia, ao contrário de Plínio, Marciano Capela alude à tradição relativa às origens de Lisboa, certamente colhida por entre os inúmeros elementos fantásticos (*mirabilia*) que circulavam nas colectâneas do tempo: “Diz-se que aí fica *Vlissipo*, ópido que dizem ter sido fundado por Ulisses, por cujo nome se designa o promontório que separa os mares das terras” (MARCIAN. 6.629). Note-se a alteração da grafia do nome da cidade, de forma a aproximar-se do apelativo do seu mítico fundador.

Mundo Medieval

Foi por certo neste mesmo filão que o bispo sevilhano S. Isidoro, um notável compilador de muita da informação contida na literatura clássica, recolheu os elementos sobre os quais desenvolveu a sua explicação etimológica do nome de *Olisipo* a que aludimos no início deste trabalho. Para além disso, é também ele o primeiro dos autores antigos a reportar a forma toponímica que vai perdurar na longa história da cidade, ao transformar *Olisipo* em *Olisipona* (v. *infra*). Esta mesma forma ocorre igualmente na *Cosmographia*, um repertório

de lugares atribuído ao Anónimo de Ravena, e que se situa habitualmente no séc. VII d. C. Com estes dois autores se conclui o núcleo de obras que representam mais diretamente a tradição clássica. Isto não significa, todavia, que nos períodos subsequentes se ponha de parte esta antiga informação.

Embora sejam abundantes as referências da geografia árabe a Lisboa, não se faz nelas alusão a Ulisses enquanto seu fundador, não deixando de ser algo surpreendente que na carta que o cruzado Arnolfo, que participa na conquista de Lisboa, dirige ao bispo Milão (*Epistola Arnulfi ad Milonem episcopum Morinensem*) se diga, “segundo referem as histórias dos Sarracenos, foi fundada por Ulisses, depois da queda de Tróia” (Nascimento, 2006, p. 241).

Na realidade, o relato da tomada de Lisboa aos Mouros, de autor não identificado com segurança, recuperam-se precisamente muitos dos tópicos da literatura clássica, que seguramente eram bem conhecidos, reproduzindo-se os seus principais aspetos. Após o relato do percurso costeiro de norte para sul, como que retomando a descrição periplográfica que recorda a enciclopédia de Plínio-o-Velho, descreve com mais pormenor a cidade de Lisboa, depois de expor os elementos colhidos nas fontes geográficas, nomeadamente o facto de “monte” Ártabro constituir o ponto onde se acaba a terra e o mar.

E, por fim, uma alusão que denuncia um distanciamento em relação aos problemas da veracidade das narrativas fundacionais, apresenta o lugar “onde se crê ter sido fundado por Ulisses o ópido de *Ulyxibona*”. Esta forma toponímica, com um tema em *-a*, na sequência de S. Isidoro, algo distanciada da que as fontes clássicas apresentam, para além de ser artificialmente construída sobre o nome do fundador (*Ulixis*), justapõe-lhe-ia o elemento *-bona*, constituindo um exemplo característico das para-etimologias

fantasiadas que ao longo de todos os tempos se criaram, ganhando eventualmente, neste caso concreto e pela primeira vez, um significado transparente.

Na narrativa da *Crónica Geral de Espanha* colhe-se um dos enredos mais originais e imaginativos sobre a fundação de Lisboa. No fundo, tudo se constrói a partir de uma interpretação etimológica idêntica à acima referida, segundo a qual se vê no topónimo a junção de *Ulixes* e de *Boa* (donde *Ulixibona*). Neste caso, porém, o primeiro seria um neto do Ulisses, seu homónimo, o iniciador do povoamento da cidade, o qual, todavia, tendo falecido antes de acabar essa tarefa, ordenou a sua filha “que avya nome Boa” que terminasse a missão. Acabada esta, explica-se no texto, “ajuntou hũa parte do nome de seu padre ao seu e poslhe nome Lixboa”.

É possível, como sugere Rosado Fernandes (1985, p. 144), que o artifício de buscar um neto de herói troiano se deva à preocupação com uma determinada verosimilhança cronológica, o que, sem retirar nobreza às origens da cidade, conferiria uma outra eficácia à narrativa. Seria uma forma de dar consistência a uma tradição que secamente se reportava ao facto, mas do qual não se adiantavam pormenores, circunstância que poderia facilmente lançar a dúvida sobre a sua veracidade.

3.3. Época Moderna

Como seria de esperar, aos humanistas não passaram despercebidas estas antigas referências, em especial as dos autores clássicos, a elas retornando para interpretar o mito ou para constituírem, a partir daí, novas perspectivas sobre a história da fundação de Lisboa. Por isso, com o texto de Solino como pano de fundo, discutem-se as informações a respeito da geografia da errância de Ulisses, com especial relevo para a forma de interpretar o passo de Estrabão onde se refere a

discutida cidade de Ulisseia e os trofeus ou as referências à presença dos gregos na Noroeste peninsular, nomeadamente de Teucro e dos Anfílocos. Este é igualmente um período em que se regista já uma tendência para a integração de narrativas de fundo bíblico que se apresentam como alternativas a uma tradição mais dependente das fontes clássicas.

No contexto de uma historiografia feita essencialmente de consonâncias a respeito da ação fundacional de Ulisses e de gente a ele ligada, marca um forte contraste a figura de Lorenzo Valla (séc. XV), que negou as navegações de Ulisses nestas paragens. O texto correspondente, segundo a tradução de Rosado Fernandes (Resende 1593 [1996], p. 144), é o seguinte: “Em Portugal *Olisipona*, este nome é corrompido por aqueles que fazem derivar *Vlyxbona* de Ulisses, visto não saberem como se escrevia o nome do célebre varão Ulisses, pois o nome foi corrompido desta forma pelos próprios latinos, além de que Ulisses nunca navegou para aquelas bandas. Finalmente se se pretender seguir a origem grega daquela palavra, há que levá-la até às éguas (*hippoi*)”. Constatase, assim, que, com um correcto posicionamento, denuncia os erros das interpretações tradicionais, baseadas numa forma toponímica indevidamente adulterada por alguns autores antigos (*Ulixippona* em vez de *Olisippona*, na sua perspectiva) e numa suposta etimologia que se vai buscar à forma latina do nome do herói (*Ulixes*) e não há grega (*Odyseus*), como seria normal. Contrapõe, por isso, uma interpretação na qual associa o topónimo em causa ao conhecido mito das éguas fecundadas pelo vento, que faz remontar a uma tradição literária grega, reconhecendo no elemento *-ippona* a presença do termo grego *hippoi* (“cavalos”). Neste caso concreto acaba por cair no mesmo vício ao optar por uma forma com o duplo P, variante atestada apenas duas vezes, contra os mais de 30 registos, epigráficos e literários, com um único P.

De qualquer modo, boa parte da posição crítica de Vala é justificada. A atitude dos nossos estudiosos é apenas compreensível no contexto de uma ampla tradição historiográfica que remonta ao mundo clássico, com a qual se procuram enobrecer as origens de um povo ou de uma cidade. E, neste caso concreto, o problema ganha outra dimensão, porque torna mais ilustre uma cidade, mas também, em última análise, a de todo o reino de que é capital. Para o nosso pequeno meio, não se trata de um mero assunto particular, mas assume um relevo nacional, pelo que a custo se aceita que um estrangeiro, em nome da razão, ponha em causa uma longa e consagrada tradição.

Compreende-se assim que André de Resende manifeste tanta preocupação em rebater as ideias de humanista italiano, precisamente num texto em que o principal objetivo é sublinhar a nobreza da cidade de Lisboa e do seu passado, o conhecido discurso *Pro Rostris*, cuja versão portuguesa de M. Pinto de Meneses, diz a este respeito: “Rainha do vasto Oceano, soberba domadora da Mauritânia, das praias Atlânticas, da Etiópia, Arábia, Pérsia, Índia, Taprobana, e incontáveis ilhas, fundada por Ulisses, herói fugido da Tróia, no meio dos seus vários erros, como afirmam Estrabão e Solino, posto que Lourenço Vala haja zombado, como costumava de outras coisas, do testemunho de Estrabão” (Resende 1534 [1956] p. 54).

A sua argumentação assenta, em primeiro lugar, no peso das *auctoritates* desde as antigas (Estrabão e Solino) às mais recentes, como Giovan Battista Spagnoli (1447-1516). No entanto, a sua ideia assenta no pressuposto errado de que a cidade hispânica *Odysséia*, referida por Estrabão (*Ulisseia*, na conveniente versão resendiana), corresponde à *Olisipo* de Solino.

Por fim, recorre igualmente, com algum engenho, a uma argumentação mais estritamente histórica: como se justificaria uma longa demora de dez anos para cumprir uma breve

FIG. 2

Frontispício da edição da obra de Solino, *Colectânea de factos memoráveis*, com o texto referente à fundação de Lisboa por Ulisses

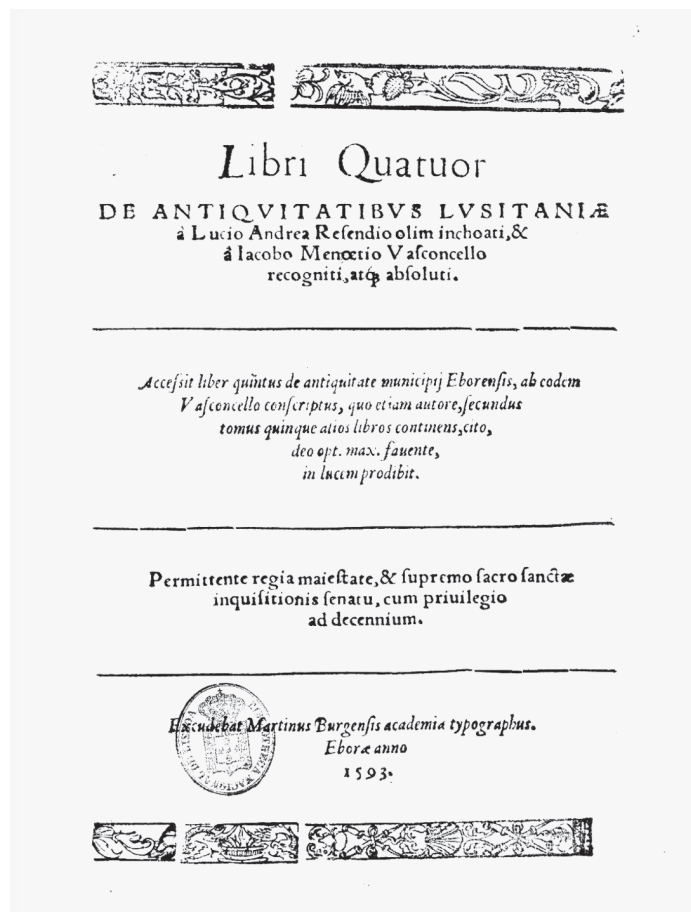
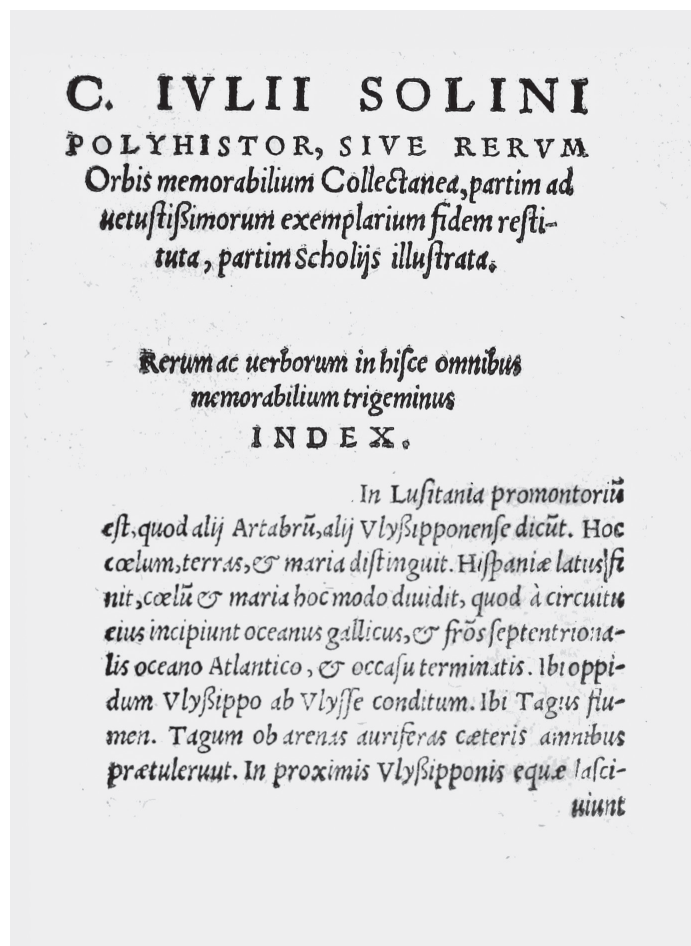
viagem de alguns dias, se não se aceitasse que Ulisses teria vagueado pelos mais distantes territórios a que os navegadores então podiam chegar? Naturalmente, não pode atribuir-se valor probatório a este argumento.

Apesar da fragilidade das explicações resendianas, elas tiveram uma aceitação quase geral no seu tempo e serviram como referência a muitos autores. Entre estes se encontra Damião de Góis, que se ocupou deste tema na sua *Descrição da Cidade de Lisboa*. Damião de Góis, não esgrimindo novos argumentos, aduz-se apenas a opinião de diferentes *auctoritates*, nas quais procura sustentar a sua, como se a decisão final dependesse essencialmente de uma ponderação relativa das personalidades que sustentam cada uma delas. Por essa razão, é tão importante referir os nomes e as qualidades de Solino e de André de Resende, as quais se encontrariam amplamente confirmadas, não por um julgamento próprio, mas pelo juízo que deles fazem os doutos (*docti*). O termo vago *quidam* (“alguns”) identifica os críticos dessa tradição, sem referir explicitamente o nome de Lourenço Vala ou de outros que partilhavam essa opinião. Damião de Góis inverte completamente o “ônus da prova”, ao assumir que, sendo o relato de Estrabão inequívoco a esse respeito (o que não corresponde à verdade), competiria aos que contestam a passagem de Ulisses pela foz do Tejo fundamentar a sua posição.

O seu pensamento insere-se numa lógica então corrente: quanto mais antiga fosse uma entidade e quanto mais variados e ilustres os nomes a ela associados, maior dignidade lhe deveria ser atribuída no presente. Por isso se compreende que, nos espíritos letrados do

FIG. 4.

Frontispício do *De Antiquitatibus Lusitaniae* de André de Resende.



período da Contra-Reforma fosse inevitável relacionar a origem do país e das suas mais importantes cidades com narrativas bíblicas. E melhor se explica que um monge alcobacense, Frei Bernardo de Brito, cronista-mor do reino, tenha recheado esse período pré-Odisseu com tão variados quanto engenhosos mitos, em geral de fundo bíblico, mas aos quais se ligam igualmente algumas das mais tradicionais referências da antiguidade clássica.

Seguindo uma tradição da historiografia precedente, tudo começa com Túbal, o primeiro povoador do Ocidente hispânico, ao qual se atribuiu a fundação de Setúbal, mais um caso de pseudo-etimologia. Esta tradição é substancialmente mais antiga e já era conhecida do próprio André de Resende, o qual, todavia, não lhe dá crédito, uma vez que a sua proposta etimológica é substancialmente diferente.

As origens de Lisboa, no caso de Frei Bernardo de Brito, enquadram-se numa longa narrativa de fundo bíblico e apresentam-se num contexto cultural de sujeição do reino de Portugal a Castela. A efabulação que precede a fundação de Lisboa por Ulisses assenta em elementos recolhidos na literatura clássica, em particular nos que se relacionam com o rei Gárgoris e a queda de Tróia. É neste contexto que o frade alcobacense inicia a sua referência à “vinda de Ulisses a Portugal” com um enquadramento que poderá parecer estranho: “Regendo Gorgoris o Reyno da Lusitania...”. Segue-se-lhe um relato da fundação da cidade, mais solicitada pelos seus companheiros do que desejada pelo “Capitão Ulisses”, o qual, no entanto, acaba por “fundar ãa fermosa cidade junto do próprio Tejo, e nella um templo suntuosíssimo, de fabrica maravilhosa, dedicado ao ídolo da sua deosa Minerva, que os antigos tinhaõ por avogada particular da eloquência” (p. 88).

Nessa mesma linha de enaltecimento se inserem outras obras, nas quais transparece,

de forma mais ou menos clara, que estas narrativas históricas se podem converter em poemas heróicos, de forte conteúdo nacionalista, alimento essencial de ideias que ganhavam já uma importante dimensão em determinados meios e que prenunciavam claramente os factos ocorridos em 1640. Uma delas, *Ulisseeia ou Lisboa Reedificada*, é publicada em 1636, e a outra, *Vlissippo*, de António de Sousa de Macedo, é precisamente desse ano carregado de simbolismo para a História de Portugal, ainda que escrita algum tempo antes.

Facilmente se percebe, com a leitura destas epopeias, formalmente muito dependentes dos modelos clássicos, que o assunto ultrapassa largamente o âmbito temático de uma mítica fundação de Lisboa. Mais do que tratar de uma cidade, aborda-se aqui uma questão que envolve a nação inteira e, por isso, mesmo a “Lisboa edificada” corresponde, muito mais, ao sentido de “pátria reedificada”. E, ao iniciar-se o “poema heróico” *Vlissippo* (1.3.5-8), declara-se: “Dai atenção à numerosa historia / (...) / vereis eterna, dos balcões celestes, / nascer a pátria de que vós nacestes”.

Não deve, pois, tratar-se de uma circunstância fortuita o facto de, no espaço de pouco anos o assunto ter dado lugar a duas epopeias de grande projecção e, alguns anos depois (1652), à obra de Luiz Marinho de Azevedo, *Primeira parte da fundação, antiguidades e grandezas da mui insigne cidade de Lisboa...*, a qual, inserindo-se na tradição historiográfica do tempo, retoma as narrativas míticas, na linha de Frei Bernardo de Brito.

O período iluminista deu continuidade ao tema e talvez a mais original retoma do tema se deva à *Opera intitulada Olysses em Lisboa*, escrita por Cândido Lusitano, pseudónimo do frade do Oratório Francisco José Freire (1719-1773), entre cujas personagens se encontram *Gorgoris* (Gárgoris), Elisa, Ulisses e Calipso. No plano da historiografia a tradição encontra bem arreigada nos séc. XVIII e XIX, sendo

disso exemplo obras de tema geral como a *Geografia historica de todos os Estados sobe-ranos de Europa*, de Luís Caetano de Lima (1736, p. 139-140, no que se refere a Lisboa) ou o *Portugal Antigo e Moderno* de Pinho Leal (1874, vol. IV, p. 107-108).

O que diz a arqueologia

Se adotarmos uma perspetiva tipicamente racionalista, pondo de lado todas estas considerações, e tivermos de buscar argumentos na *evidência* (anglicismo que neste caso é sugestivo) arqueológica, torna-se claro que a ocupação humana no espaço hoje ocupado por Lisboa é muito mais antiga que a errância de Ulisses. No entanto, quando se aborda esta questão, é necessário ter em conta que nos devemos reportamos a um espaço muito particular (o morro do Castelo, em particular a encosta da Sé) e uma situação de ocupação continuada desse território. Por isso, para responder à questão essencial, é especialmente relevante estabelecer a cronologia da primeira das ocupações continuadas na atual cidade de Lisboa.

Como se refere num dos contributos deste volume (ver neste volume, o texto de A. Arruda, E. Sousa e A. S. Antunes) é possível que as primeiras presenças fenícias no estuário do Tejo possam remontar aos finais do séc. IX – inícios do séc. VIII a. C. e que um dos mais antigos vestígios dessa presença deve ser a inscrição fenícia aparecida em Lisboa, a que se atribui uma cronologia situada entre os finais do séc. VIII e os inícios do séc. VII a. C.

Parece claro, nesta perspetiva, que não possuímos qualquer indício arqueológico neste território que possa sustentar a ideia de que aqui chegou Ulisses e os seus companheiros, depois de terminada a Guerra de Tróia. A cronologia deste famoso acontecimento ainda se encontra por estabelecer com segurança, mas as hipóteses que se consideram atualmente não diferem substancialmente

das várias propostas colhidas na literatura clássica, que oscilam essencialmente entre os séc. XIII e XII a. C.

Mas, indo além do mito, pode colocar-se uma outra questão: seria viável admitir que essas populações que ocuparam o território da antiga Grécia, a que chamamos micénicas, tivessem algum conhecimento destas distantes paragens ocidentais? A notícia do aparecimento de cerâmica micénica no sítio andaluz de Llanete de Moros, Montoro (Córdova), precisamente de um período que se centraria no séc. XIII a. C. traz um contributo para esta questão. Mesmo que daí não resulte necessário admitir uma presença micénica na Península Ibérica, torna mais viável a possibilidade de esse mundo conhecer a Hispânia e, no limite, saber da existência destes territórios que estão para além das Colunas de Hércules.

Esta possibilidade não pode, naturalmente, sustentar a hipótese de uma fundação de Lisboa nessa fase. De resto, a referida lenda da fundação de *Olisipo* deve ser uma criação da literatura clássica bastante mais tardia. Por outro lado, mesmo com este vestígio arqueológico precoce na Andaluzia, nada se modifica em relação à ausência de qualquer elemento que possa minimamente sustentar a ideia de uma Lisboa fundada por gentes originárias do mundo helénico antigo.

De resto, ao contrário do que acontece com outras áreas da Hispânia, são bastante raros os elementos que possam corroborar estreitos contactos com o mundo grego e, por isso, a historiografia atual, que sublinha a estreita ligação do estuário do Tejo com fenícios, afasta a ideia de uma significativa presença grega nessa área. A suposta fundação grega da cidade entra, deste modo, na esfera dos mitos de origem pseudo-etimológica, desenvolvidos a partir de uma semelhança fonética entre o nome de Ulisses e o topónimo *Olisipo*, o qual aparece, por vezes, convenientemente grafado como *Vlis(s)ipo*.

Realidades e devaneios em torno do nome de Lisboa

Esta circunstância, base fundamental para o desenvolvimento deste tipo de aproximações, só se compreende no contexto da língua latina, uma vez que é a forma *Vlixes* (e não o termo grego *Odysseus*) que a justifica. Assim, corroborando o que antes se afirmava a respeito da cronologia desta explicação mítica, não restam dúvidas que é aos finais da república / início do império romano que ela deve ser atribuída. Creio ter ficado claro, assim, que não é possível estabelecer qualquer relação entre o nome originário da cidade, *Olisipo*, e qualquer outro termo grego ou latino, incluindo, naturalmente, o do seu suposto fundador.

Sobre a forma deste nome se geraram, como se viu, algumas controvérsias ao longo do tempo, mas as atestações nos textos clássicos e nas inscrições permitem confirmá-lo. O facto de, no conjunto das mais de quarenta ocorrências do topónimo ou do apelativo dos seus habitantes, se registar quase sempre essa forma do nome, é um argumento suficientemente forte para não se levantarem dúvidas.

De qualquer modo, não pode esquecer-se que, exceccionalmente, o nome se grafou com um *u* inicial, talvez por se ter admitido a sua relação com Ulisses. Esta variante registou-se numa inscrição de Évora (*Vlisiponens(is)* em IRCP 415) e também num passo (MELA 3.8 *Vlisipo*) de Pompónio Mela, um geógrafo do séc. I d. C. Para além disso, introduziram-se consoantes duplas, como acontece por várias vezes no texto do Itinerário de Antonino (*ab Olisippone* ITIN. Ant. Aug. 416, 4; 418,7; 419,7; 420,8) ou na enciclopédia pliniana (*Olisippo* PLIN. nat. 4,117). Não deve estranhar-se, enfim, que alguma tradição geográfica grega se refira à cidade como *Oliosipona* (PTOL. *Geo.* 2.5.3; MARCIAN. *peripl.* 2.33), discordando de todas as outras atestações. Estas divergências pontuais não

põem em causa que o nome pré-romano da cidade era *Olisipo* e que, na condição de município romano se chamou *Felicitas Iulia Olisipo*, com se atesta nas epígrafes da cidade.

É natural que a historiografia tenha procurado captar o significado e origem desse topónimo, sendo por isso muito abundantes as explicações que dele se deram ao longo do tempo. No estado atual dos nossos conhecimentos o que pode dizer-se não é muito esclarecedor, mas contrataria todas as propostas especulativas que sobre o tema se engendraram. Pode afirmar-se com segurança que se trata de um apelativo composto por dois elementos *Olis-ipo* e que o primeiro deles é obscuro.

O segundo, *-ipo* ou *-ippo*, ocorre num amplo número de nomes de lugar e seus derivados, que se distribuem especialmente pelo território da atual Andaluzia, mas que se prolongam igualmente pelo sul do território português, registando-se o seu exemplo mais setentrional no caso de *Collipo* (S. Sebastião do Freixo, Batalha). Entre as cidades da Bética desta série de nomes encontram-se, por exemplo: *Acinipo*, *Basilippo*, *Belippo*, *Blacippo*, *Iripipo*, *Oripipo*, *Ostippo*, *Serippo*, *Sisipo*, *Ventip(p)o*, etc. Embora seja mais comum a sua ocorrência no final das palavras, documentam-se igualmente casos em que é o primeiro elemento dos topónimos, como acontece em *Iponoba*, *Ipolcobulcula*, e talvez em nomes como *Iptuci* e *Ipses*. Quanto ao seu significado domina a ideia de que, pelo seu uso reiterado em topónimos, esse segmento poderia corresponder a “cidade”.

Daqui resulta, essencialmente, que esta série de nomes se devem atribuir a uma realidade tipicamente meridional e, do ponto de vista histórico-cultural relacionada com o mundo tartéssico-turdetano. Deste modo, os elementos fenícios presentes no estuário do Tejo desde fase precoce compaginam-se bem com essa realidade onde são significativas as marcas orientalizantes.

FIG. 5.

Frontispício de *Monarchia Lusitana* de Frei Bernardo de Brito

A explicação do nome de Lisboa

Apesar das muitas interpretações fantasiosas sobre a origem do nome de Lisboa, já Leite de Vasconcelos explicou como se chegara do primitivo topónimo *Olisipo* à moderna designação de *Lisboa*. Começou por resolver uma questão importante, a da sua terminação, uma vez que, tratando-se originariamente de uma palavra de tema em nasal (*Olisipo*, *-onis*) daí deveria resultar, por regra, a desconfortável terminação em *-ão*. Como bem recorda (Vasconcelos, 1911, p. 130), é frequente a passagem de nomes semelhantes para o tema em *-a*, terminando em *-ona*, recordando o caso de Barcelona (*Barcino*, *-onis*, que se transforma em *Barcinona*), circunstância já atestada nos textos mais tardios de S. Isidoro de Sevilha e no Anónimo de Ravena. Deste modo, traça a partir daí o percurso da palavra (Vasconcelos 1911, p. 336): *Olisipona* = *Ulyssipona* > *Lisbona* > *Lisbõa* (*Lixbõa*) > *Lisboa* (para uma explicação mais pormenorizada de cada passo v. Machado, 1984, p. 886).

Estas considerações de natureza linguística contrastam com o carácter especulativo e infundado que muitas das propostas etimológicas sobre o mesmo nome se apresentaram.

Vale pena, de qualquer modo, revisitar algumas destas perspectivas, especialmente aquelas que marcaram uma época e que ainda hoje se apresentam em estudos sobre Lisboa e a sua história porque elas próprias constituem uma parte da história da cidade, que abarca também os seus mitos. Deixamos

FIG. 6.

Frontispício da obra epopeia *Ulisseia ou Lisboa Reedificada*, de Gabriel Pereira de Castro.

PRIMEIRA PARTE
D A
FVNDAC,ÃO,
ANTIGVIDADES.
E GRANDEZAS
DA MVI INSIGNE CIDADE
DE LISBOA,
E SEVS VAROENS ILLVSTRES EM
Sanctidade, Armas, & Letras.
CATALOGO.
DE SEVS PRELADOS, E MAIS COVSAS
*Ecclesiasticas, & Politicas ate o Anno 1147. em que foi
ganhada aos Mouros por El Rey D. Afonso Henriquez.*
DEDICADA.
AO ILLVSTRE, E INCLITO SENADO DELLA.
E SCRITA
PELO CAPITÃO LVIS MARINHO DE AZEVEDO,
natural da mesma Cidade.
EM LISBOA.
NA OFFICINA CRAESBECKIANA.
M. DC. LII.

V L Y S S E A,
O V
LYSBOA EDIFICADA.
POEMA HEROICO.
COMPOSTO PELO INSIGNE
Doutor Gabriel Pereira de Castro, Corregedor
que foy do crime da Corte, & nomeado por
S. Magestade pera Chanceler mór
do Reyno de Portugal.
A EL REY NOSSO SENHOR



Com licença, em Lisboa por Lourenço Craesbeck impressor del Rey. 1636.
Acusita de Paulo Craesbeck mercador de liuros.

aqui de parte a já referida ideia de que o apelativo deriva de *Vlisses*, a mais remota de todas as interpretações.

Uma outra linha emerge numa das mais antigas tentativas de explicação do nome, a da *Crónica Geral de Espanha*, na qual se imagina um nome composto por *Vlisses* + *Boa*. Esta tradição é referida por Gaspar Barreiros, um autor quinhentista, na sua *Corographia* (p. 84), aludindo à leviandade com que se faziam etimologias.

Partindo igualmente da decomposição do nome, surgem algumas propostas fantasiosas, com frequência radicadas em personagens bíblicos. Uma delas encontra-se especialmente desenvolvida na obra de Luís Marinho de Azevedo, *Primeira parte da fundação, antiguidades e grandezas da mui insigne cidade de Lisboa*, segundo a qual o responsável pela fundação da cidade teria sido Elisa, uma personagem bíblica, filho de um descendente de Javan, na sequência de outras fundações por Itália e Espanha: “Elisa (com os da sua companhia) não se dando por satisfeito com o que então tinham descoberto, e povoado: costeando as praias do nosso Oceano Atlantico, chegou a boca do Tejo, pela qual entrou, e vendo acomodado sitio para povoar, fundou esta ilustrissima cidade de Lisboa, que de seu nome chamou *Eliseon*, de que se derivou *Elisbon*, e depois corrupto o vocabulo *Lisbon*, e agora *Lisboa*” (Azevedo, 1652, p. 8). Compilando a principal informação anterior e integrando o episódio no quadro da cronologia universal, declara: “E conformandonos com o conto de Torniello parece que a fundação de Lisboa por Elisa foi 278 anos depois do universal diluvio” pelo que “se prova que teve Lisboa 2150 (anos) de antiguidade na fundação até a vinda de Christo” (Azevedo 1652, p. 9).

Uma corrente tenta acomodar esta interpretação com o mito que ligava as origens da cidade a Ulisses, considerando que à longínqua fundação por Elisa teria sucedido uma

reedificação pelo rei de Ítaca, como se de uma segunda fundação se tratasse.

Um filão interpretativo relaciona a etimologia do topónimo *Olisipo* com a do nome da província de Lusitânia, como se esclarece, por exemplo, no cap. IX do livro I da *Primeira parte da fundação, antiguidades, e grandezas da mui insigne cidade de Lisboa*, “Em que se prova que o nome que Elisa deu a Lisboa se derivou o de toda a província chamando-se Lusitania ou Lysitania”. Esta perspectiva, numa das suas vertentes, teve como seu defensor mais recente Arlindo de Sousa (1948, p. 33-71), que procurou relacionar o nome da cidade com um passo do poema de Avieno em que se refere o rio *Ligus*, propondo a sua correcção para *Lysus* (que seria o nome do Tejo), de onde resultariam tanto *Lisus* (na origem de *Lisboa*) como *Lusus* (na base de *Lusitania*).

Mais esquecida, mas recuperada em fase mais recente por Augusto Veloso (1947, p. 10-11), é a explicação etimológica de Ribeiro Sanches, célebre figura do iluminismo português. Segundo ele, para compreender o termo deveria partir-se da forma original *Lixabona*, relacionando-se o primeiro elemento com o termo latino *lixa*, “água” (especialmente “água quente”), pelo que o topónimo corresponderia a “boa água”. Sabendo-se da fama da abundância e qualidade da água de Lisboa, a explicação assentar-lhe-ia de forma perfeita, aspeto que suscitou uma adesão moderada do olisipógrafo Augusto Vieira da Silva (1949, p. 72-74).

Também Mendes Correia, arqueólogo mais conhecido pelos seus contributos na vertente da antropologia física, se envolveu na explicação do nome. Para tal foi buscar ao grego a sua suposta forma original, a qual se atestaria no nome de uma personagem mitológica presente no *Crítias* de Platão, *Elassippon*. Trata-se de uma explicação baseada numa afinidade fonética, sem qualquer viabilidade de se relacionar com o nome originário da cidade.

Por fim, não pode esquecer-se a interpretação de Samuel Bochart (1599 –1667), talvez ainda hoje uma das mais conhecidas e citadas sugestões sobre o significado do topónimo que deu origem a *Lisboa*. Diz ele que o nome remonta ao fenício *alis ubbo* “id est amoenus sinus”, expressão traduzida habitualmente como “enseada amena”. Ainda que, como se disse, sejam patentes as relações de Lisboa com a presença fenícia, a realidade toponímica não tem essa proveniência, mas insere-se em contexto linguístico tipicamente hispânico a que podemos chamar turdetano.

Naturalmente, o elenco das explicações linguísticas não é exaustivo, mas parece suficiente para demonstrar as dificuldades em

analisar a questão e em reconhecer as nossas limitações no domínio da interpretação dos antigos topónimos. Com se viu, não há ainda uma resposta satisfatória para os que pretendem saber o significado que encerra o nome de *Lisboa*, mas esta é uma consequência natural do escasso conhecimento que possuímos das línguas pré-romanas da Hispânia. Olhando por outro prisma a questão, o carácter enigmático do nome de Lisboa é, deste modo, mais um motivo para nos interessarmos por ela e um incentivo a que continuemos a dedicar-lhe a nossa atenção.

Referências

- AA.VV. (2012) - *Cira-Arqueologia 1. Mesa redonda de Olisipo a Ierabriga*. Vila Franca de Xira: Museu Municipal.
- Alarcão, J. (1994) - Lisboa romana e visigótica. In *Lisboa subterrânea*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia / Lisboa Capital Europeia da Cultura 94 / Electa, pp. 58-63.
- Alarcão, J. de (2017) - *A Lusitânia e a Galécia: do séc. II a. C. ao séc. VI d. C.* Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Almeida, F. (1966-67) - Mais pedras visigóticas de Lisboa e do grupo lusitânico. *Arquivo de Beja*. Beja: Câmara Municipal, 23-24, pp. 224-240.
- Almeida, J. M. de (1992) - *De Olisipo a Lisboa*. Lisboa: Cosmo.
- Álvarez Martínez, J. M. (2015) - El tamar del Puente romano de Mérida y la navegabilidad del Ana. *Revista de Estudios Extremeños*. Badajoz: Diputación Provincial; Centro de Estudios Extremeños, 71:1, pp. 37-66.
- Álvarez Martínez, J. M.; Carvalho, A.; Fabião, C. eds. (2015) - *Lusitânia Romana. Origem de dois povos*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Amaral, V. B. de (1947) - Lenda, história e epopeia de Lisboa. *Revista Municipal*. Lisboa: Câmara Municipal, 34:3, pp. 33-38.
- Amaro, C. (1993) - Vestígios materiais orientalizantes do Claustro da Sé de Lisboa. *Estudos Orientais*, Lisboa: Instituto de Estudos Orientais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 4, pp. 183-192.
- Antunes, A. S.; Oliveira, J. M.; Manso, C. R. (no prelo) - Os fornos do Convento de Corpus Christi (Lisboa, Portugal). *IX Congresso Internacional de Estudios Fenicios y Púnicos Uma viagem entre o Oriente e o Ocidente do Mediterrâneo e as suas periferias*. Mérida. 22-26 de Outubro 2018. Mérida: Instituto de Arqueología de Mérida.
- Antunes, M. T., Cunha, A. S. (1991) - *Santos Mártires de Lisboa. Espólio osteológico de Santos-o-Novo*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- Arancibia Román, A.; San José, L. G.; Juzgado Navarro, M.; Dumas Peñuelas, M.; Sánchez Moreno, V. M. (2011) - Aportaciones de las últimas intervenciones a la arqueología fenicia de la Bahía de Málaga. In Martí Aguilar, M. Á., eds. - *Fenícios en Tartessos: nuevas perspectivas* (British Archaeological Reports. International Series 2245). Oxford: Archaeopress, pp. 129-149.
- Arruda, A. M. (1993) - A ocupação da Idade do Ferro da Alcáçova de Santarém no contexto da expansão fenícia para a fachada atlântica peninsular. In *Estudos Orientais 4 (Actas do Encontro "Os Fenícios no território português)*. Lisboa: Instituto de Estudos Orientais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 4, pp. 193-214.
- Arruda, A. M. (2002) - *Los Fenicios en Portugal. Fenicios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal (siglos VIII-VI a. C.)*. (Cuadernos de Arqueología Mediterránea, 5-6) Barcelona: Universidad Pompeu Fabra.
- Arruda, A. M. (2003) - Contributo da colonização fenícia para a domesticação da terra portuguesa. In *Ecohistoria del paisaje agrario – la agricultura fenicio-púnica en el Mediterráneo*. Valencia: Universidad, pp. 205-217.
- Arruda, A. M. (2005) - O 1º milénio a.n.e. no Centro e no Sul de Portugal: leituras possíveis no início de um novo século. *O Arqueólogo Português*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, 4.ª série, 3, pp. 9-156.
- Arruda, A. M. (2017) - A Idade do Ferro Orientalizante no Vale do Tejo: as duas margens de um mesmo rio. In Celestino Pérez, S.; Rodríguez González, E., eds. - *Territorios Comparados: Los valles del Guadalquivir, el Guadiana y el Tago en época tartésica*. (Anejos de AEspA LXXX). Mérida: Instituto de Arqueología de Mérida, pp. 283-294.
- Arruda, A. M.; Bugalhão, J.; Sousa, E. (2013) - Uma necrópole na praia: o cemitério romano do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (Lisboa). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Direcção Geral de Património Cultural, 16, pp. 243-275.
- Arruda, A. M.; Pereira, C.; Pimenta, J.; Sousa, E.; Gomes, J.; Detry, C. (2018) - Chões de Alpompé (Vale de Figueira, Santarém): lendas e narrativas. *Spal. Revista de Prehistória y Arqueología*, Sevilla: Universidad, 27, pp. 201-227.
- Arruda, A. M.; Sousa, E.; Barradas, E.; Batata, C.; Detry, C.; Soares, R. (2017) - O Cabeço Guião (Cartaxo - Portugal): um sítio da Idade do Ferro no Vale do Tejo. In Celestino Pérez, S.; Rodríguez González, E., eds. - *Territorios Comparados: Los valles del Guadalquivir, el Guadiana y el Tago en época tartésica* (Anejos de AEspA LXXX). Mérida: Instituto de Arqueología de Mérida, pp. 319-361.
- Arruda, A. M.; Sousa, E.; Pimenta, J.; Mendes, H.; Soares, R. (2014) - Alto do Castelo's Iron Age occupation (Alpiarça, Portugal). *Zephyrus*. Salamanca: Universidad, 74, pp. 143-155.
- Arruda, A. M.; Sousa, E.; Pimenta, J.; Soares, R.; Mendes, H. (2017a) - Fenícios e Indígenas em contacto no Estuário do Tejo. *Ophiussa*. Lisboa: Uniarq - Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, 1, pp. 79-90.
- Azevedo, L. M. de (1652) - *Fundação, antiguidades e grandeza da muy insigne cidade de Lisboa*. Lisboa: Officina Craesbeckiana.
- Barros, L.; Cardoso, J. L.; Sabrosa, A. (1993) - Fenícios na margem sul do Tejo. Economia e integração cultural do povoado de Almaraz - Almada. *Estudos Orientais*. Lisboa: Instituto de Estudos Orientais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de

- Lisboa, 4, pp. 143-181.
- Barros, L.; Soares, A. M. (2004) – Cronologia absoluta para a ocupação orientalizante da Quinta do Almaraz, no estuário do Tejo (Almada, Portugal). *O Arqueólogo Português*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, 4.ª série, 22, pp. 333-352.
- Blot, M. L. P. (2003) - *Os portos na origem dos centros urbanos. Contributo para a arqueologia das cidades marítimas e flúvio-marítimas em Portugal*. Lisboa: Instituto Português de Património Cultural.
- Brito, Fr. B. de (1690) – *Monarchia Lusitana*. Lisboa: Officina Craesbeckiana.
- Caetano, M. T. (2007) - O «último porto de Ulisses»: história, urbanismo e arte de *Felicitas Iulia Olisipo*. In *Revista Portuguesa de História da Arte*. Lisboa: Instituto de História de Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 4, pp. 54-117.
- Calado, M.; Almeida, L.; Leitão, V.; Leitão, M. (2013) - Cronologias absolutas para a I Idade do Ferro em Olisipo – O exemplo de uma ocupação em ambiente cársico na atual Rua da Judiaria em Alfama. *Cira-Arqueologia (O Tejo, palco de interação entre indígenas e Fenícios)*. Vila Franca de Xira: Museu Municipal, 2, pp. 118-132.
- Calado, M.; Pimenta, J.; Fernandes, L.; Filipe, V. (2013) - Conjuntos cerâmicos da Idade do Ferro do teatro romano de Lisboa: as cerâmicas de engobe vermelho. *Arqueologia em Portugal: 150 anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 141-149.
- Candelas Colodrón, C. (2004) – *O cronicón de Hidacio, bispo de Chaves*. Noia: Toxosoutos.
- Caninas, J.; Cardoso, G.; Henriques, F. Monteiro, M.; Sabrosa, A. (2006) – Três novas jazidas da Idade do Ferro em Torres Vedras. *Al-Madan*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada, 2ª série, 14, p. 6.
- Cardoso, G. (1991) – *Carta Arqueológica do Concelho de Cascais*. Cascais: Câmara Municipal.
- Cardoso, G. (2012) – Sondagens arqueológicas nos fortes do Casal do Cego e da Carvalha (Arruda dos Vinhos). *Al-Madan*, Almada: Centro de Arqueologia de Almada, 2ª série, 17, pp. 168-169.
- Cardoso, G.; Amaro, C.; Batalha, L. (2018) - O Sítio Arqueológico do Alto da Casa Branca (Tapada da Ajuda, Lisboa). *Al-Madan*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada, 2ª série, 22, 1, pp. 35-40.
- Cardoso, G.; Didelet, C.; Leitão, E. (2017) - Vestígios da Idade do Ferro ao Período Medieval em Monsanto. *Al-Madan*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada, 2ª série, 21, pp. 163-164.
- Cardoso, G.; Encarnação, J. (2013) - O povoamento pré-romano de Freiria – Cascais. *Cira-Arqueologia 2: O Tejo, palco de interação entre indígenas e Fenícios*. Vila Franca de Xira: Museu Municipal, 2, pp. 133-180.
- Cardoso, G.; Gonzalez, A. (2008) – Novos dados sobre Arruda dos Vinhos na Idade do Ferro. *Actas do IV Seminário do Património da Região Oeste*. Arruda dos Vinhos: Câmara Municipal, pp. 127-133.
- Cardoso, J. L. (2004) – *A Baixa Estremadura dos Finais do IV milénio a.C. até à chegada dos romanos: um ensaio de história regional* (Estudos Arqueológicos de Oeiras, 12). Oeiras: Câmara Municipal.
- Cardoso, J. L.; Arruda, A. M.; Sousa, E. (2014) - Outurela I e Outurela II, dois pequenos sítios da Idade do Ferro a norte do estuário do Tejo (Concelho de Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, 21, pp. 393-428.
- Cardoso, J. L.; Cardoso, G. (1993) – *Carta Arqueológica do Concelho de Oeiras* (Estudos Arqueológicos de Oeiras, 4). Oeiras: Câmara Municipal.
- Cardoso, J. L.; Silva, C. T. (2012) – O casal agrícola da Idade do Ferro de Gamelas 3 (Oeiras). *O Arqueólogo Português*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, 5.ª série, 2, pp. 355-400.
- Cardoso, J. L.; Tavares da Silva, C.; Martins, F.; André, C. (2010/2011) – O casal agrícola da I Idade do Ferro de Leão (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras: Câmara Municipal, 18, pp. 75-102.
- Carvalhinhos, M.; Mota, N.; Miranda, P. (2017) – Indagações arqueológicas na muralha antiga de Lisboa: O lanço oriental entre a Alcáçova do Castelo e o miradouro de Santa Luzia. *I Encontro de Arqueologia de Lisboa. Uma cidade em escavação. (Teatro Aberto, 26, 27 e 28 de Novembro de 2015)*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa/Centro de Arqueologia de Lisboa, p. 299-336.
- Correia, A. A. M. (1949) – Onde veio o nome de Lisboa? *Revista Municipal*. Lisboa: Câmara Municipal, 42:3, pp. 5-21.
- De Francisco Martin, J. (19962) - *Conquista y romanización de Lusitania*. Salamanca: Universidad.
- De Man, A. (2006) - Conimbriga. *Do Baixo Império à Idade Média*. Lisboa: Sílabo.
- De Man, A. (2008) - *Defesas urbanas tardias da Lusitânia*. Dissertação de Doutoramento em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto [policopiado].
- Dias, V. (2013) – A cerâmica campaniense proveniente dos sítios arqueológicos da cidade de Lisboa. Uma abordagem preliminar. In *Arqueologia em Portugal 150 anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 717-726.
- Dimas, S. (2015) – A substância de Deus uno e trino na dinâmica misteriosa da sua ação criadora e redentora, na apologia de Potâmio de Lisboa contra o arianismo. In *Redenção e escatologia. Estudos de filosofia, religião, literatura e arte na cultura portuguesa*. Vol. 1, Tomo 1. Lisboa: Nota de Rodapé Edições, pp. 101-117.
- Diogo, A. M. D. (1994) – Fragmento de sepultura paleocristã (entrada de catálogo). In *Lisboa Subterrânea*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia / Lisboa Capital Europeia da Cultura/ Electa, pp. 231-232.
- Encarnação, J.; Cardoso, G. (2017) – O sítio arqueológico do Espigão das Ruivas (Cascais). In Arnaud, J. M.; Martins, A., coords. - *Arqueologia em Portugal / 2017: Estado da questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 955-966.

- Fabião, C. (1992) - A romanização do atual território português. In Mattoso, J., ed. – *História de Portugal*, Vol. I. Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 202-299.
- Fabião, C. (1993) – Idácio de Chaves. In Medina, J., dir. – *História de Portugal*. Vol. 3. Lisboa: Ediclube, p. 30.
- Fabião, C. (2004) – Arqueologia Militar romana da Lusitânia: textos e evidências materiais. In Pérez-González, C.; Illarregui, E. coords – *Actas Arqueología Militar Romana en Europa*. Salamanca: Junta de Castilla y León / Universidade Internacional SEK, pp. 53-73.
- Fabião, C. (2014) – Por este rio acima: a bacia hidrográfica do Tejo na conquista e implantação romana no ocidente da Península Ibérica. In *CIRA Arqueologia*, 3. *Atas do Congresso Internacional de Arqueologia Conquista e Romanização do Vale do Tejo*. Vila Franca de Xira: Museu Municipal, pp. 9-24.
- Faria, A. M. de (1999) – Colonização e Municipalização nas províncias Hispano- Romanas: Reanálise de alguns casos polémicos. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, 2:2, pp. 29-50.
- Faria, A. M. de (2003) – Pax Iulia, Felicitas Iulia, Liberalitas Iulia. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, 4:2, pp. 351-362.
- Fernandes, L. (2017) - Teatro romano de Lisboa: as ruínas e o seu Museu ou como a arqueologia promove o diálogo educacional. *Revista Temporis [Ação]*. Dossiê *Práticas Arqueológicas e Educação Patrimonial*. Goiás, 17:1, pp. 88-123. Disponível em WWW: (URL: <http://www.revista.ueg.br/index.php/temporisacao/issue/archive>).
- Fernandes, L., Fernandes, P. A. (2014) - Entre a Antiguidade Tardia e a Época Visigótica: novos dados sobre a decoração arquitectónica na cidade de Lisboa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Lisboa: IGESPAR, 17, pp. 225-243.
- Fernandes, L.; Pimenta, J.; Calado, M.; Filipe, V. (2013) - Ocupação sidérica na área envolvente do teatro romano de Lisboa: o Pátio do Aljube. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Lisboa: IGESPAR, 16, pp. 167-185.
- Fernandes, P. A. (2019a, no prelo) – Olisipona: a cidade entre a Antiguidade Tardia e a Alta Idade Média. In *Nova Lisboa Medieval*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais.
- Fernandes, P. A. (2019b, no prelo) – 585. A ilusão da unidade. In Tavares, R., *Portugal. Uma retrospectiva*. Lisboa: Tinta da China.
- Fernandes, R. M. R. (1985) – Ulisses em Lisboa. *Euphrosyne*. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos da Universidade de Lisboa, Nova série, 13, pp. 139-161.
- Filipe, V. (2015) - As ânforas do teatro romano de Olisipo (Lisboa, Portugal): campanhas 2001-2006. *Spal. Revista de Prehistoria y Arqueologia*, Sevilla: Universidad, 24, pp. 129-163.
- Filipe, V.; Calado, M.; Figueiredo, M.; Castro, A. (2013) – Intervenção Arqueológica na Rua do Espírito Santo, Castelo (Lisboa). Do romano republicano à época contemporânea: dados preliminares. *Al-Madan*. Almada: Centro de Arqueologia de Lisboa 2ª série. 17, pp. 6-12.
- Filipe, V.; Calado, M.; Leitão, M. (2014) – Evidências orientalizantes na área urbana de Lisboa: o caso dos edifícios na envolvente da Mãe de Água do Chafariz d'El Rei. In Arruda, A. M., ed. – *Fenícios e Púnicos, por Terra e Mar*, 2. *Actas do VI Congresso Internacional de Estudos Fenícios e Púnicos*. Lisboa: Uniarq - Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, 2, pp. 736-746.
- França, J. C. (1949) – A estação Pré-Histórica do Alto das Perdizes. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, 12: 1-2, 16-113.
- Gener Basallote, J. M.; Navarro García, M. A.; Pajuelo Saéz, J. M.; Torres Ortiz, M.; López Rosendo, E. (2014) – Arquitectura y urbanismo de la Gadir fenicia: el yacimiento del “Teatro Cómico” de Cádiz. In Boto, M., ed. – *Los Fenícios en la Bahía de Cádiz: Nuevas investigaciones* (Colezione di Studi Fenici 46). Pisa-Roma, pp. 14- 50.
- Góis, D. de (1554 [1937]) – *Descrição da cidade de Lisboa*, trad. Raúl Machado. Lisboa: Livraria Avelar Machado.
- González de Canales, F.; Serrano Pichardo, L.; Llompart Gómez, J. (2004) – *El emporio fenicio precolonial de Huelva (c. 900 – 770 a.C.)*. Huelva: Editorial Biblioteca Nova.
- Gouveia, M. (2007) – O culto dos santos mártires de Lisboa na fronteira ocidental do reino de Leão (séc. X-XI). In *Lisboa Medieval. Os rostos da cidade*. Lisboa: Livros Horizonte, pp. 388-399.
- Gouveia, M. (2012) – Hidácio de Chaves e a Galécia do século V. *Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da universidade Nova de Lisboa, 29, pp. 201-216.
- Guerra, A. (1995) – *Plínio-o-Velho e a Lusitânia*. Lisboa: Colibri.
- Guerra, A. (2002) – A Península de Lisboa no I milénio a. C.: Uma breve síntese à luz das fontes e dos dados arqueológicos. *Turres Veteras IV. Actas de Pré-história e História Antiga*. Torres Vedras: Câmara Municipal, pp. 119-128.
- Guerra, A. (2004) – *Caepiana*: uma reavaliação crítica do problema da sua localização e enquadramento histórico. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, 7:2, pp. 217-235.
- Guerra, A. (2005) – O promontório Magno: Perspectivas da geografia antiga sobre o extremo ocidental da Hispânia. *Actas do Congresso “A Presença Romana na Região Oeste”*. Bombarral: Câmara Municipal, pp. 119-129.
- Henriques, S. (2006) – *A Cerâmica Cinzenta da Idade do Ferro da Quinta do Almaraz, Almada, Cacilhas*. Tese de Mestrado em Pré-História e Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa [policopiado].
- Isla Frez, A. (2007) – El lugar de habitación de las aristocracias en época visigoda, siglos VI-VIII. *Arqueología y territorio medieval*. Jaén: Universidad, 14, pp. 9-19.
- Jorge, A. M. (2001) - *L'épiscopat de Lusitanie pendant l'Antiquité Tardive (IIIe-VIe siècles)*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.

- Leguay, J. P. (1993) - O Portugal germânico. In Serrão, J. e Marques, A. H. O., *Nova História de Portugal (II)*. Lisboa: Presença, pp. 13-115.
- López Castro, J. L. (1995) - *Hispania Poena. Los fenícios en la Hispania Romana*. Barcelona: Crítica /Arqueologia.
- Machado, J. P. (1984) - *Dicionário etimológico onomástico da língua portuguesa*. Lisboa: Confluência.
- Maciel, M. J. (1996) - *Antiguidade Tardia e Paleocristianismo em Portugal*. Lisboa: ed. Autor.
- Mantas, V. G. (1990) - As cidades marítimas da Lusitânia. In *Les Villes de la Lusitanie Romaine. Hiérarchies et Territoires. Table ronde internationale du CNRS*. Talence – 1988 (Collection de la Maison des Pays Ibériques. 42). Paris : CNRS, pp. 149-205.
- Mantas, V. G. (2004) - Vias e portos na Lusitânia romana. In Gorges, J.-G.; Cerrillo, E.; Nogales, T., eds. - *V Mesa Redonda Internacional sobre Lusitania Romana: Las Comunicaciones (Cáceres, 2002)*. Madrid: Ministerio de Cultura, pp. 427-453.
- Mantas, V. G. (2012) - *As vias romanas da Lusitânia*. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano.
- Marques, A. H. O. (1994) - 3. Lisboa evolução: séculos V a VIII. In Santana, F., Sucena, E., eds - *Dicionário da História de Lisboa*. Lisboa: Carlos Quintas & Associados, p. 509.
- Marques, G. (1982-83) - Aspetos da proto-história do território português. II – Povoado de Santa Eufémia (Sintra). *Sintria*. Sintra: Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas, 1/2, pp. 59-88.
- Matias, C. (2003) - Serra do Socorro. Uma aproximação à sua caracterização arqueológica no contexto da Estremadura Atlântica. *Boletim Cultural*. Mafra: Câmara Municipal, pp. 308-358.
- Mattoso, J. (1992) - A difusão do Cristianismo na Hispânia. In Mattoso, J., *História de Portugal (1)*. Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 283-287.
- Melo, A. A.; Valério, P.; Barros, L.; Araújo, M. F. (2014) - Práticas metalúrgicas na Quinta do Almaraz (Cacilhas, Portugal): vestígios orientalizantes. In Arruda, A. M., eds. - *Fenícios e Púnicos, por Terra e Mar. Actas do VI Congresso Internacional de Estudos Fenícios e Púnicos, II*. Lisboa: Uniarq – Centro e Arqueologia da Universidade de Lisboa, pp. 712-742.
- Miranda, J.; Encarnação, G.; Viegas, J. C.; Rocha, E.; Gonzalez, A. (1999) - *Carta Arqueológica do Concelho da Amadora. Do Paleolítico ao Romano*. Amadora: Câmara Municipal.
- Monteiro, M.; Cardoso, G. (2016) - A ocupação da Idade do Ferro na Serra de Monte Deixo: Moinhos Velhos e Moinho da Mariquitas (Torres Vedras). *EMERITA - Estudos de Arqueologia e Património Cultural*. 2, pp. 6-20. Disponível em WWW: (URL: www.emerita.pt).
- Moreira, A. M. (1969) - *Potamius de Lisbonne et la controverse arienne*. Lovain: Bibliothèque de l'Université.
- Mota, N.; Pimenta, J.; Silva, R. B. da (2014) - Acerca da ocupação romana republicana de *Olisipo*: os dados da intervenção na Rua do Recolhimento n.ºs 68-70. In *CIRA Arqueologia*, 3. *Atas do Congresso Internacional de Arqueologia Conquista e Romanização do Vale do Tejo*. Vila Franca de Xira: Museu Municipal, pp. 149-117.
- Nascimento, A. A. (2003) - Os epónimos míticos de Lisboa: Ulisses, Hércules e outros – títulos de nobilitação. In: Ventura, A., ed. - *Presença de Victor Jabouille*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, pp. 31-53.
- Nascimento, A. A. (2006) - Ulisses em Lisboa: Mito e Memória. *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa. Classe de Letras*. Lisboa: Academia das Ciências, 37, pp. 195-224.
- Nascimento, A. A. (2007) - *A conquista de Lisboa aos mouros. Relato de um cruzado*. 2.ª ed. Lisboa: Vega.
- Neto, N.; Rebelo, P.; Ávila, R.; Rocha, M.; Zamora López, J. A. (2016) - Uma inscrição lapidar fenícia em Lisboa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Direcção Geral de Património Cultural, 19, pp. 123-128.
- Olaio, A. (2015) - *Ânforas da Idade do Ferro na Quinta do Almaraz (Almada)*. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa [policopiado].
- Orlandis, J. (1987) - *Historia de España. Época visigoda (409-711)*. Madrid: Gredos.
- Palomo, S.; Arroyo, E. (2011) - Estudio del origen étnico a partir del ADN mitocondrial en dos individuos procedentes del solar del antiguo Teatro Cómico. *Informe realizado por el Laboratorio de Genética Forense y Genética de Poblaciones (Departamento de Toxicología y Legislación Sanitaria)*. Madrid: Facultad de Medicina de la Universidad Complutense de Madrid.
- Pimenta, J. (2005) - *As ânforas Romanas do Castelo de São Jorge (Lisboa)*. (Trabalhos de Arqueologia, 41) Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.
- Pimenta, J. (2014) - Os Contextos da conquista: *Olisipo* e Decimo Júnio Bruto. In *CIRA-Arqueologia 3. Atas do Congresso Internacional de Arqueologia Conquista e Romanização do Vale do Tejo*: Vila Franca de Xira: Museu Municipal, pp. 44-60.
- Pimenta, J. P.; Mendes, H.; Arruda, A. M.; Sousa, E.; Soares, R. (2014) - Do pré-romano ao Império: a ocupação humana do Porto de Sabugueiro (Muge, Salvaterra de Magos). *Magos*. Salvaterra de Magos: Câmara Municipal, 1, pp. 39-57.
- Pimenta, J., Calado, M.; Leitão, M. (2005) - Novos dados sobre a ocupação pré-romana da cidade de Lisboa: as ânforas da sondagem n.º 2 da Rua de São João da Praça. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia 8:2, pp. 313-334.
- Pimenta, J., Calado, M.; Leitão, M. (2014) - Novos dados sobre a ocupação pré-romana da cidade de Lisboa: a intervenção da Rua de São João da Praça. In Arruda, A. M., ed. - *Fenícios e Púnicos, por Terra e Mar. Actas do VI Congresso Internacional de Estudos Fenícios e Púnicos, vol. II*. Lisboa: Uniarq – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, pp. 712-742.
- Pimenta, J., Henriques, E.; Mendes, H. (2012) - *O acampa-*

- mento romano de Alto dos Cacos – Almeirim. Almeirim: Associação de Defesa do Património Histórico e Cultural do Concelho de Almeirim.
- Pimenta, J., Silva, R.; Calado, M. (2014) – Sobre a ocupação pré-romana de *Olisipo*: a Intervenção Arqueológica Urbana da Rua de São Mamede ao Caldas 1. In Arruda, A. M., ed. – *Fenícios e Púnicos, por Terra e Mar. Actas do VI Congresso Internacional de Estudos Fenícios e Púnicos, vol. II*. Lisboa: Uniarq – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, pp. 736-746.
- Pimenta, J.; Arruda, A. (2014) – Novos dados para o estudo dos Chões de Alpompe – Santarém. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras: Câmara Municipal, 21, pp. 375-392.
- Pimenta, J.; Gaspar, A.; Gomes, A.; Mota, N.; Miranda, P. (2014) – O estabelecimento romano republicano de *Olisipo*: estrutura e contextos do Beco do Forno do Castelo, Lote 40 (n.1620) – Lisboa. In *Cira-Arqueologia*, 3. *Atas do Congresso Internacional de Arqueologia Conquista e Romanização do Vale do Tejo*. Vila Franca de Xira: Museu Municipal, pp. 122-148.
- Pimenta, J.; Mendes, H. (2010-2011) – Novos dados sobre a presença fenícia no vale do Tejo. As recentes descobertas na área de Vila Franca de Xira. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras: Câmara Municipal, 18, pp. 591-618.
- Pimenta, J.; Mendes, H. (2013) – 1.ª Campanha de escavações arqueológicas no povoado pré-romano de Porto do Sabugueiro, Muge – Salvaterra de Magos. *Cira-Arqueologia* 2. *O Tejo, palco de interação entre indígenas e Fenícios*. Vila Franca de Xira: Museu Municipal, pp. 195-219.
- Pimenta, J.; Mendes, H. (2015) – Casal dos Pegos I e o Povoamento Orientalizante do Rio da Silveira (Vila Franca de Xira). *Cira-Arqueologia*, 2. *O Tejo, palco de interação entre indígenas e Fenícios*. Vila Franca de Xira: Museu Municipal, pp.19-54.
- Pimenta, J.; Mendes, H.; Madeira, F. (2009) – O Povoado pré-romano de Castanheira do Ribatejo, Vila Franca de Xira. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: IGESPAR, 12: 2, pp. 177-208.
- Pimenta, J.; Ribera I Lacombe, A.; Soria, V. (2018) – Le ceramiche a vernice nera italica dei livelli di fondazione di *Olisipo* e *Valentia* (140–130 a.C.). *Rei Cretariae Romanae Fautores. Acta* 45. Bonn, pp. 1-11.
- Pimenta, J.; Sousa, E.; Amaro C. (2015) – Sobre as mais antigas ocupações da Casa dos Bicos, Lisboa: da *Olisipo* pré-romana aos primeiros contactos com o mundo itálico. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Direcção Geral de Património Cultural, 18, pp. 161-180.
- Pimenta, P., Soares, A. M.; Mendes, H. (2013) – Cronologia absoluta para o povoado pré-romano de Santa Sofia (Vila Franca de Xira). *Cira-Arqueologia*, 2. *O Tejo, palco de interação entre indígenas e Fenícios*. Vila Franca de Xira: Museu Municipal, pp. 181-194.
- Pinto, C. V.; Parreira, R. (1978) – Contribuição para o estudo do Bronze Final e do Ferro Inicial a norte do Estuário do Tejo. *Actas das III Jornadas da Associação dos Arqueólogos Portugueses* (1977). Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 147-163.
- Quiroga, J. L., Lovelle, M. R. (1995-96) – De los vándalos a los suevos en Galicia: una visión crítica sobre su instalación territorial en el noroeste de la Península Ibérica en el siglo V. *Studia Historica: Historia Antigua*. Salamanca: Universidad, 13-14, pp. 421-436.
- Real, M. L. (1995) – Inovação e resistência: dados recentes sobre a antiguidade cristã no ocidente peninsular. In *IV Reunião de Arqueologia Cristã Hispânica*. Barcelona: Institut d'Estudis Catalans, Universitat de Barcelona, Universidade Nova de Lisboa, pp. 17-68.
- Resende, A. de (1593 [1996]) – *As antiguidades da Lusitânia. Introdução, tradução e comentário de R. M. Rosado Fernandes*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Ribeiro, J. Cardim (1994) – *Felicitas Iulia Olisipo*. Algumas considerações em torno ao catálogo Lisboa Subterrânea. *Al-Madan*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada, II.ª Série, 3, pp. 75-95.
- Ribeiro, J. Cardim (2011) – *Soli Aeterno Lunae* – Cultos astrais em época pré-romana e romana na área de influência da Serra de Sintra: Um caso complexo de sincretismo? In *Diis Deabusque. Actas do II Colóquio Internacional de Epigrafia “Culto e Sociedade”*. Sintra: Museu Arqueológico de S. Miguel de Odrinhas, pp. 595-624.
- Ribeiro, J. Cardim (2013) – Ptolomeu, Geogr. II, 5, 6: XPHTINA ou *APHTINA? In: *Vir Bonus Peritissimus Aequae. Estudos de Homenagem a Arnaldo Espírito Santo*. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos, pp. 343-379.
- Ribeiro, J. Cardim (2016) – Ad Antiquitates Vestigandas. In: González Germain, G., ed. – *Peregrinationes ad inscriptiones colligendas. Estudios sobre epigrafía de tradición manuscrita*. Barcelona: Universitat de Barcelona, pp. 135-249.
- Rocha, A.; Reprezas, J. (2014) – *O Forte do Alqueidão. Arqueologia e História. Da Idade do Ferro às Invasões Napoleónicas. Cadernos da CILT*. Sobral de Monte Agraço: Centro de Interpretação das Linhas de Torres.
- Ruivo, J. (1991) – O conflito sertoriano no ocidente hispânico: o testemunho dos tesouros monetários. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 70, pp. 91-100.
- Ruivo, J. (1993-1997) – A circulação monetária na estremaadura portuguesa até aos inícios do século III d.C. *Nummus*. Porto: Sociedade Portuguesa de Numismática, 2.ª Série, 16-20, pp. 7-178.
- Schulten, A. (1952) – *Fontes Hispaniae Antiquae VI. Estrabón, Geografía de Iberia*. Barcelona: Librería Bosch.
- Serrão, E. C.; Vicente, E. P. (1980) – A sepultura do Rei Mouro (uma estação da Idade do Ferro) – Negrais (Sintra). *Arqueologia*. Porto: Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto, 1, pp. 28-35.
- Silva, A. V. da (1949) – Fantasia sobre as origens do nome de Lisboa. *Olisipo*. Lisboa: Grupo “Amigos de Lisboa”, 12(46), pp. 67-74.
- Silva, R. B. da (1999) – Urbanismo de *Olisipo*: a zona ribeirinha. In: *Atas das Sessões do II Colóquio Temático «Lisboa Ribeirinha» (Padrão dos Descobrimentos, 2 a 4 de julho de 1997)*. Lisboa: Divisão de Arquivos da Câmara Municipal de Lisboa, pp. 43-65.

- Silva, R. B. da (2014) – Intervenção arqueológica urbana de 1993 na Fundação Ricardo Espírito Santo Silva/ Largo das Portas do Sol (Lisboa): As evidências do período romano. In *Cira-Arqueologia, 3. Atas do Congresso Internacional de Arqueologia Conquista e Romanização do Vale do Tejo*. Vila Franca de Xira: Museu Municipal, pp. 178-198.
- Silva, R. B., De Man, A. (2012) - Palácio dos Condes de Penafiel: a significant late antique context from Lisbon. In *X Congresso Internacional A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo*. Silves: Câmara Municipal de Silves, pp. 397-402.
- Sousa, A. de (1948) - *O nome de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal.
- Sousa, A. de (1968) - *Novos elementos para o estudo do nome de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal.
- Sousa, E. (2014) - *A ocupação pré-romana da foz do Estuário do Tejo* (Estudos e Memórias, 7). Lisboa: Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa.
- Sousa, E.; Guerra, S. (2018) – A presença fenícia em Lisboa: novos vestígios descobertos no alto da Colina do Castelo de São Jorge. *Saguntum*. Valencia: Laboratório de Arqueologia, 50, pp. 57-88.
- Sousa, E.; Pimenta, J. (2014) – A produção de ânforas no Estuário do Tejo durante a Idade do Ferro. In Moraes, R.; Fernández, A.; Sousa, M. J., eds. – *As Produções Cerâmicas de Imitação na Hispânia, I*. Porto: Faculdade de Letras, pp. 303- 316.
- Sousa, E.; Pinto, M. (2016) – A ocupação da Idade do Ferro na colina do Castelo de São Jorge (Lisboa, Portugal): novos dados das escavações realizadas na Rua do Recoilhimento/Beco do Leão. *Apontamentos de Arqueologia e Património*. Lisboa: Era – Arqueologia, Conservação e Gestão de Património, 11, pp. 59-67.
- Sousa, E.; Sarrazola, A.; Simão, I. (2016) – Lisboa pré-romana: contributos das intervenções arqueológicas na Rua da Madalena. *Apontamentos de Arqueologia e Património*, Lisboa: Era – Arqueologia, Conservação e Gestão de Património, 11, pp. 69-79.
- Tranoy, A. (1974) – *Hydace. Chronique*. 2 vols. Paris: Les Editions du Cerf.
- Valério, P.; Silva, R. J. C.; Araújo, M. F.; Soares, A. M.; Barros, L. (2012) – A multianalytical approach to study the Phoenician bronze technology in the Iberian Peninsula - a view from Quinta do Almaraz. *Materials Characterization*. 67, pp. 74-82.
- Vasconcelos, J. L. de (1911) – *Lições de Philologia Portuguesa*. Lisboa: Livraria Clássica Editora.
- Veloso, A. (1949) – Esta palavra “Lisboa”. *Revista Municipal*. Lisboa: Câmara Municipal, 40, pp. 6-22.
- Wolfram, M. (2013) – O poder durante a Antiguidade Tardia no império romano ocidental e na Lusitânia em particular. In *Saberes e poderes no mundo antigo (2)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 283-293.
- Zamora López, J. A. (2014) – Palabras fluidas en el extremo Occidente. Sobre un nuevo grafito fenicio, hallado en la desembocadura del Tajo, que recoge un posible

topónimo local. In Bádenas de La Peña, P.; Cabrera Bonet, P.; Moreno Conde, M.; Ruiz Rodríguez, A.; Sánchez Fernández, C.; Tortosa Rocamora, T., eds. – *Homenaje a Ricardo Olmos: Per speculum in aenigmate*. Madrid: Asociación Cultural Hispano-Helénica, pp. 306-314.

Autores Clássicos

ESTRABÃO - *Geografia. Livro III: introdução, tradução do grego e notas de Jorge Deserto e Susana da Hora Marques Pereira*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016.

Notas Biográficas dos Autores

AMÍLCAR GUERRA

UNIARQ - Centro de Arqueologia
da Universidade de Lisboa.
Faculdade de Letras.
Centro de História da Universidade
de Lisboa. Faculdade de Letras.
aguerra@campus.ul.pt

ANA MARGARIDA ARRUDA

UNIARQ - Centro de Arqueologia
da Universidade de Lisboa.
Faculdade de Letras.
a.m.arruda@letras.ulisboa.pt

ANA SOFIA ANTUNES

Centro de Arqueologia de Lisboa (CAL) |
Departamento de Património Cultural (DPC)
| Câmara Municipal de Lisboa (CML).
UNIARQ – Centro de Arqueologia
da Universidade de Lisboa.
Faculdade de Letras.
ana.sofia.antunes@cm-lisboa.pt

ELISA DE SOUSA

UNIARQ – Centro de Arqueologia
da Universidade de Lisboa.
Faculdade de Letras.
e.sousa@campus.ul.pt

JOÃO PIMENTA

Centro de Estudos Arqueológicos
de Vila Franca de Xira (CEAX)
UNIARQ - Centro de Arqueologia
da Universidade de Lisboa.
Faculdade de Letras.
joao.marques@cm-vfxira.pt

PAULO ALMEIDA FERNANDES

Museu de Lisboa | EGEAC| Câmara
Municipal de Lisboa (CML).
Centro de Estudos em Arqueologia, Artes
e Ciências do Património da Universidade
de Coimbra (CEAACP | FLUC).
Instituto de Estudos Medievais
da Universidade Nova de Lisboa
(IEM | FCSH-UNL).
paulofernandes@egeac.pt

Projeto Lisboa Romana *Felicitas Iulia Olisipo*

PELOURO DA CULTURA Catarina Vaz Pinto	Municipal da Amadora; Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos; Câmara Municipal de Cascais; Câmara Municipal de Loures; Câmara Municipal de Mafra; Câmara Municipal de Moita; Câmara Municipal de Oeiras; Câmara Municipal de Palmela; Câmara Municipal de Seixal; Câmara Municipal de Sesimbra; Câmara Municipal de Sintra; Câmara Municipal de Torres Vedras; Câmara Municipal de Vila Franca de Xira; Centro de Arqueologia de Almada; Direção Geral do Património Cultural (DGPC); DGPC/ Direção Regional de Cultura do Norte; DGPC/ Museu Nacional de Arqueologia (MNA); EGEAC – Cultura em Lisboa (Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural E.M.); Empark Portugal – Empreendimentos e Exploração de Parques, S.A.; Empatia – Arqueologia Lda.; Eon – Indústrias Criativas LDA.; Eurostar Museum Hotel (Lisboa); Era – Arqueologia, Conservação e Gestão de Património S.A.; Geopark/Naturtejo da Meseta Meridional; Geopark / UNESCO / Oranização das Nações Unidas para a Educação, ciência e Cultura; Hotel Governador (Belém, Lisboa) / NaulHotels & Resorts; Museu Arqueológico do Carmo/ Associação dos Arqueólogos Portugueses; Museu do Dinheiro/ Banco de Portugal; Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal (MAEDS); Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (NARC)/ Fundação Millennium BCP; Neoépica – Arqueologia e Património LDA.; The7 Hotel	(Lisboa); Veiga de Mago – Sociedade de Serviços Financeiros e Investimentos LDA.; Egas Moniz - Cooperativa de Ensino Superior/ Instituto Universitário Egas Moniz e Centro de Investigação Interdisciplinar Egas Moniz (CIIEM); Universidade de Aveiro - Unidade de Investigação em Governança, Competitividade e Políticas Públicas; Universidade de Coimbra/ Faculdade de Letras/ Centro de Estudos de Arqueologia, Artes e Ciências do Património (CEAACP); Universidade de Évora / Laboratório Hércules; Universidade de Lisboa/ Faculdade de Arquitetura/ Forma Urbis LAB; Universidade de Lisboa/ Faculdade de Ciências/ Departamento de Geologia; Universidade de Lisboa/ Faculdade de Letras/ Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (UNIARQ); Universidade de Lisboa/ Faculdade de Letras/ Centro de Estudos Clássicos da Universidade de Lisboa (CEC); Universidade de Lisboa/ Faculdade de Letras/ Instituto de História de Arte (ARTIS); Universidade de Lisboa/ Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP); Universidade Nova de Lisboa/ Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Instituto de Estudos Medievais (IEM); Universidade Nova de Lisboa/ Faculdade de Ciências Sociais e Humanas /Centro em Rede de Investigação em Antropologia (CRIA); Universidade Nova de Lisboa/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas / Departamento de História de Arte.
DIREÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA Manuel Veiga		
DEPARTAMENTO DE PATRIMÓNIO DA CULTURA Jorge Ramos de Carvalho		
CENTRO DE ARQUEOLOGIA DE LISBOA António Marques		
COORDENAÇÃO GERAL Jorge Ramos de Carvalho		
GESTÃO DE PROJETO Inês Morais Viegas (coord.) – DPC/DMC/CML António Marques – CAL/DPC/DMC/CML Cristina Nozes – CAL/DPC/DMC/CML Manuel Oleiro – EGEAC		
PARCEIROS DO PROJETO ArqueoHoje – Arqueologia, Conservação e gestão de Património LDA.; Câmara Municipal de Alcochete; Câmara Municipal de Alenquer; Camara Municipal de Almada; Câmara		

Livro

TÍTULO Lisboa Romana <i>Felicitas Iulia Olisipo</i> , Território e Memória	Maria do Rosário Carvalho Mário Cachão Paulo Almeida Fernandes	TIRAGEM 1.500 exemplares
COORDENAÇÃO DO VOLUME Amílcar Guerra - UNIARQ/ FLUL	COORDENAÇÃO DA EDIÇÃO Ana Caessa – CAL/DPC/DMC/CML Ana Sofia Antunes – CAL/DPC/DMC/CML Cristina Nozes – CAL/DPC/DMC/CML Inês Morais Viegas (coord.) – DPC/DMC/CML	EDIÇÃO CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Maria da Conceição Freitas - DG/FCUL		CALEIDOSCÓPIO - EDIÇÃO E ARTES GRÁFICAS, SA Telef.: (+351) 21 981 79 60 Fax: (+351) 21 981 79 55 caleidoscopio@caleidoscopio.pt www.caleidoscopio.pt
Mário Cachão - DG/FCUL	© Câmara Municipal de Lisboa, autores dos textos de cada volume e editora Caleidoscópio.	ENDEREÇO DE EMAIL DO PROJETO lisboaromana@cm-lisboa.pt
INVESTIGAÇÃO E AUTORIA Amílcar Guerra Ana Maria Costa Ana Margarida Arruda Ana Sofia Antunes Andrés Curras Carlos Marques da Silva Carlos Neto de Carvalho Elisa de Sousa Jacinta Bugalhão João Pimenta Maria da Conceição Freitas	DESIGN GRÁFICO José Ribeiro	FACEBOOK: https://www.facebook.com/lisboaromanaLX/
	ISBN 978-989-658-644-7	INSTAGRAM https://instagram.com/lisboaromana
	DEPÓSITO LEGAL 463308/19	TWITTER twitter.com/LisboaRomana